

GIORGIO

**AGAMBEN**

Nudez

**Identidade sem pessoa**

O desejo de ser reconhecido pelos outros é inseparável do ser humano. Tal reconhecimento lhe é, aliás, tão essencial que, segundo Hegel, cada um está disposto, para obtê-lo, a colocar em jogo a sua própria vida. Não se trata, de fato, simplesmente de satisfação ou de amor próprio: ou melhor, é somente através do reconhecimento dos outros que o homem pode constituir-se como pessoa.

*Persona* significa originalmente “máscara” e é através da máscara que o indivíduo adquire um papel e uma identidade social. Assim, em Roma, cada indivíduo era identificado por um nome que manifestava o seu pertencimento a uma *gens*, a uma estirpe, mas esta era, por sua vez, definida pela máscara de cera do antepassado que toda família patrícia custodiava no átrio de sua casa. Daí fazer da *persona* a “personalidade” que define o lugar do indivíduo nos dramas e nos ritos da vida social, o passo é breve e *persona* acabou por significar a capacidade jurídica e a dignidade política do homem livre. Quanto ao escravo, como não tinha nem antepassados, nem

máscara, nem nome, não podia ter nem mesmo uma "persona", uma capacidade jurídica (*servus non habet personam*). A luta pelo reconhecimento é, portanto, luta por uma máscara, mas esta coincide com a "personalidade" que a sociedade reconhece em cada indivíduo (ou com o "personagem" que, com a sua conivência, por vezes, reticente, ela faz dele).

Não espanta que o reconhecimento da própria pessoa tenha sido por milênios a posse mais zelosa e significativa. Os outros seres humanos são importantes e necessários, antes de tudo, porque podem reconhecer-me. Também o poder, a glória, as riquezas, a que os "outros" parecem ser muito sensíveis, têm sentido, em última análise, só em vista desse reconhecimento da identidade pessoal. Podemos certamente, como se diz que amava fazer o califa de Bagdá, Hārūn al-Rashīd, caminhar anonimamente pelas ruas da cidade vestidos como mendigos; mas se nunca houvesse um momento em que o nome, a glória, as riquezas e o poder fossem reconhecidos como "meus", se, assim como certos santos recomendam fazer, eu vivesse toda a vida no não reconhecimento, então também a minha identidade pessoal se perderia para sempre.

Na nossa cultura, a "pessoa-máscara" não tem, porém, apenas um significado jurídico. Ela também contribuiu de modo decisivo para a formação da pessoa moral. O lugar em que isso ocorreu é, antes de tudo, o teatro. E, com este, a filosofia estoica, que modelou a sua ética na relação entre o ator e a sua máscara. Essa relação é definida por uma dupla intensidade: por um lado, o ator não pode pretender escolher ou recusar o papel que o autor lhe destinou; por outro, não pode tampouco identificar-se sem resíduos com ele. "Lembra-te,

escreve Epiteto,<sup>39</sup> "que tu és como um ator na parte que o autor dramático quis atribuir-lhe; breve, se breve, longa, se longa. Se quer que tu representes um papel de mendigo, faça-o convenientemente. E faz o mesmo num papel de aleijado, de juiz, de simples cidadão. Escolher o papel não cabe a ti: mas representar bem a pessoa que te foi atribuída, isso depende de ti" (*Ench.* XVII). E, no entanto, o ator (assim como o sábio que o toma como paradigma) não deve identificar-se profundamente com o seu papel, confundindo-se com o seu personagem. "Em breve chegará o dia", adverte ainda Epiteto, "em que os atores irão acreditar que a sua máscara e os seus trajes são eles mesmos" (*Diss.* I, XXIX, 41).

A pessoa moral se constitui, assim, por uma adesão e, ao mesmo tempo, por uma separação em relação à máscara social: aceita-a sem reservas e, concomitantemente, toma dela, quase imperceptivelmente, distância.

Talvez em nenhum lugar esse gesto ambivalente e, com este, a distância ética que ele abre entre o homem e a sua máscara apareçam com tanta evidência como nas pinturas ou nos mosaicos romanos que representam o diálogo silencioso do ator com a sua máscara. O ator está, aqui, representado de pé ou sentado diante da sua máscara, a qual segura com a mão esquerda ou está colocada sobre um pedestal. O comportamento idealizado e a expressão absorta do ator, que mantém fixo o olhar nos olhos cegos da máscara, testemunham o significado especial da sua relação. Esta alcança o seu limiar crítico – e, ao mesmo tempo, o seu ponto de inversão – nos primeiros anos da Idade Moderna,

<sup>39</sup> Epiteto ou Epicteto (Hierápolis, 55 – Nicópolis, 135) foi um filósofo grego estoico. Seu *Enchiridion* ou *Manual de Epicteto* traz conselhos éticos estoicos, os quais foram reunidos por Arriano, seu aluno, no início do século II. (N.T.)

nos retratos dos atores da *Commedia dell'Arte*: Giovanni Gabrielli, dito Sivello, Domenico Biancolelli, dito o Arlequim, e Tristano Martinelli, também dito Arlequim. Agora o ator não olha mais a sua máscara, que também mostra segurando-a em sua mão; e a distância entre o homem e a "persona", tão matizada nas representações clássicas, é acentuada pela vivacidade do olhar que ele direciona decisiva e interrogativamente ao espectador.

Na segunda metade do século XIX, as técnicas policiais conhecem um desenvolvimento inesperado, que implica uma transformação decisiva do conceito de identidade. Esta não é mais, agora, algo que diz respeito essencialmente ao reconhecimento e ao prestígio social da pessoa, mas responde à necessidade de assegurar outro tipo de reconhecimento, o do criminoso reincidente por parte do agente policial. Não é fácil para nós, habituados desde sempre a ter conhecimento de que somos registrados com precisão em registros civis e ficheros, imaginar quão árdua podia ser a verificação da identidade pessoal numa sociedade que não conhecia a fotografia nem os documentos de identidade. Tanto que, na segunda metade do século XIX, esse se torna o problema principal daqueles que se concebiam como os "defensores da sociedade" diante do surgimento e da difusão crescente da figura que parece constituir a obsessão da burguesia oitocentista: o "delinquente habitual". Tanto na França como na Inglaterra foram votadas leis que diferenciavam nitidamente entre o primeiro crime, cuja pena era a prisão, e a reincidência, que era punida, ao contrário, com a deportação para as colônias. A necessidade de se poder identificar com segurança a pessoa detida por um delito se torna, nesse momento, uma condição necessária para o funcionamento do sistema judicial.

Foi essa necessidade que levou um funcionário obscuro da prefeitura de polícia de Paris, Alphonse Bertillon, a colocar em prática, por volta do final dos anos 1870, o sistema de identificação dos delinquentes com base na medição antropométrica e na fotografia sinalética que em poucos anos se tornou célebre no mundo inteiro pelo nome *Bertillonage*. Qualquer um que estivesse por qualquer razão preso ou detido era imediatamente submetido a um conjunto de medições do crânio, dos braços, dos dedos das mãos e dos pés, da orelha e do rosto. Logo em seguida o indivíduo suspeito era fotografado de frente e de perfil, e as duas fotografias eram coladas sobre um "papel Bertillon", que continha todos os dados úteis à identificação, segundo o sistema que o seu inventor havia batizado de *portrait parlé*.

Nos mesmos anos, um primo de Darwin, Francis Galton, desenvolvendo as atividades de um funcionário da administração colonial inglesa, Henry Faulds, começou a trabalhar em um sistema de classificação das impressões digitais, que permitiria a identificação dos criminosos reincidentes sem possibilidade de erro. Curiosamente Galton era um defensor convicto do método antropométrico-fotográfico de Bertillon, cuja adoção era apoiada na Inglaterra; mas considerava que o levantamento das impressões digitais era particularmente adequado aos nativos das colônias, cujos traços físicos tendem a confundir-se e a parecer iguais para um olho europeu. Outro âmbito em que o método teve uma aplicação precoce foi o da prostituição, porque se considerava que os procedimentos antropométricos implicavam uma promiscuidade embaraçosa em relação às criaturas de sexo feminino, cujos cabelos longos tornavam, por outro lado, mais difícil a medição. É provável que tenham sido razões desse tipo, de algum modo ligadas a preconceitos raciais e sexuais, que atrasaram a aplicação

do método de Galton fora do espaço colonial ou, no caso dos Estados Unidos, aos cidadãos afro-americanos ou de origem oriental. Mas já nas duas primeiras décadas do século XX o sistema se difunde em todos os Estados do mundo e, a partir dos anos 1920, passa a substituir ou apoiar o *Bertillonage*.

Pela primeira vez na história da humanidade, a identidade não era mais função da "persona" social e do seu reconhecimento, mas de dados biológicos que não podiam ter com ela nenhuma relação. O homem retirou a máscara sobre a qual se fundou por séculos a sua reconhecibilidade, para entregar a sua identidade a algo que lhe pertence de modo íntimo e exclusivo, mas com que ele não pode de maneira alguma identificar-se. Não são mais os "outros", os meus semelhantes, os meus amigos ou inimigos, que garantem o reconhecimento, nem mesmo a minha capacidade ética de não coincidir com a máscara social que também assumi: o que define a minha identidade e a minha reconhecibilidade são agora os arabescos insensatos que o meu polegar manchado de tinta deixou sobre uma folha de papel numa delegacia de polícia. Ou seja, algo sobre o qual não sei absolutamente nada e com o qual e a partir do qual não posso, em nenhum caso, identificar-me ou distanciar-me: a vida nua, um dado puramente biológico.

As técnicas antropométricas haviam sido pensadas para os delinquentes e permaneceram por muito tempo como privilégio exclusivo deles. Ainda em 1943, o Congresso dos Estados Unidos rechaça o *Citizen Identification Act*, que visava instituir para todos os cidadãos carteiras de identidade com suas impressões digitais. Mas para a lei que deseja que aquilo que foi inventado para os criminosos, para os estrangeiros e para os judeus seja cedo ou tarde, sem falta, aplicado a todos os seres humanos enquanto

tais, as técnicas que haviam sido elaboradas para os reinidentes foram estendidas ao longo do século XX a todos os cidadãos. A fotografia sinalética, acompanhada, por vezes, também pela impressão digital, torna-se assim parte integrante do documento de identidade (uma espécie de "papel Bertillon" condensado) que estava gradativamente passando a ser obrigatório em todos os Estados do mundo.

No entanto, o passo extremo só foi realizado nos nossos dias e está ainda em via de realização. Graças ao desenvolvimento de tecnologias biométricas que podem capturar rapidamente as impressões digitais ou a estrutura da retina ou da íris por meio de escâneres óticos, os dispositivos biométricos tendem a sair das delegacias de polícia e dos escritórios de imigração para penetrar na vida cotidiana. A entrada dos restaurantes estudantis, dos liceus e até mesmo das escolas elementares (as indústrias do setor biométrico, que conhecem atualmente um desenvolvimento frenético, recomendam habituar os cidadãos desde sua infância a esse tipo de controle) em alguns países já é regulada por um dispositivo biométrico ótico, sobre o qual o estudante pousa distraidamente a mão. Na França e em todos os países europeus está em fase de preparação a nova carteira de identidade biométrica (INES), munida de um *microchip* eletrônico que contém os elementos de identificação (impressões digitais e fotografia numérica) e uma amostra de assinatura para facilitar as transações comerciais. E, na incessante deriva governamental do poder político, em que convergem curiosamente tanto o paradigma liberal como o estadista, as democracias ocidentais se preparam para organizar o arquivo do DNA de todos os cidadãos, com finalidades tanto de segurança e de repressão do crime como de gestão da saúde pública.

De muitos lugares se chamou a atenção para os perigos inerentes a um controle absoluto e sem limites por parte de

um poder que disponha dos dados biométricos e genéticos dos seus cidadãos. Nas mãos de um poder semelhante, o extermínio dos judeus (e qualquer outro genocídio imaginável), que foi realizado a partir de bases documentárias incomparavelmente menos eficazes, teria sido total e muito rápido.

Mais graves ainda, porque totalmente inobservadas, são, porém, as consequências que os processos de identificação biométrica e biológica têm sobre a constituição do sujeito. Que tipo de identidade se pode construir sobre dados meramente biológicos? Certamente não uma identidade pessoal, que estava ligada ao reconhecimento dos outros membros do grupo social e, concomitantemente, à capacidade do indivíduo de assumir a máscara social sem, no entanto, deixar-se reduzir a ela. Se a minha identidade é agora determinada, em última análise, por fatos biológicos, que não dependem de modo algum da minha vontade e sobre os quais não tenho nenhum domínio, a construção de algo como uma ética pessoal se torna problemática. Que relação posso instituir com as minhas impressões digitais ou com o meu código genético? Como posso assumi-los e, ao mesmo tempo, distanciar-me deles? A nova identidade é uma identidade sem pessoa, em que o espaço da ética que estávamos habituados a conceber perde o seu sentido e tem de ser repensado desde o início. E até que isso aconteça, é lícito esperarmos um colapso generalizado dos princípios éticos pessoais que governaram a ética ocidental durante séculos.

A redução do homem à vida nua é hoje a tal ponto um fato consumado que ela está agora na base da identidade que o Estado reconhece perante seus cidadãos. Assim como o deportado de Auschwitz não tinha mais nome nem nacionalidade e era a partir de então somente o número que havia sido tatuado em seu braço, do mesmo modo o cidadão contemporâneo, perdido na massa anônima e equiparado

a um criminoso em potencial, não é definido senão pelos dados biométricos e, em última instância, por uma espécie de fado antigo tornado ainda mais opaco e incompreensível: o seu DNA. E, todavia, se o homem é aquele que sobrevive indefinidamente ao humano, se ainda há sempre humanidade para além do inumano, então uma ética deve ser também possível no extremo limiar pós-histórico em que a humanidade ocidental parece ter ficado encalhada, ao mesmo tempo hilária e estupefata. Como todo dispositivo, a identificação biométrica também captura, de fato, um desejo mais ou menos inconfessado de felicidade. Nesse caso, trata-se da vontade de libertar-se do peso da pessoa, da responsabilidade tanto moral como jurídica que traz consigo. A pessoa (tanto na sua veste trágica como naquela cômica) também é o portador da culpa, e a ética que implica é necessariamente ascética, porque fundada numa cisão (entre o indivíduo e a sua máscara, entre a pessoa ética e a jurídica). É contra tal cisão que a nova identidade sem pessoa faz valer a ilusão não de uma unidade, mas de uma multiplicação infinita das máscaras. No ponto em que fixa o indivíduo a uma identidade puramente biológica e associal, promete-lhe deixar assumir na internet todas as máscaras e todas as segundas e terceiras vidas possíveis, nenhuma das quais poderá jamais lhe pertencer particularmente. A isso se acrescenta o prazer, ágil e quase insolente, de sermos reconhecidos por uma máquina, sem o peso das implicações afetivas que são inseparáveis do reconhecimento operado por outro ser humano. Quanto mais o cidadão metropolitano perdeu a intimidade com os outros, quanto mais se tornou incapaz de olhar seus semelhantes nos olhos, tanto mais consoladora é a intimidade virtual com o dispositivo, que aprendeu a perscrutar muito profundamente a sua retina; quanto mais perdeu toda identidade e todo pertencimento real, tanto mais gratificante é ser reconhecido pela Grande Máquina.

nas suas variantes infinitas e minuciosas, da catraca na entrada do metrô ao caixa eletrônico dos bancos, da câmera que o observa bondosamente enquanto entra no banco ou caminha pela rua ao dispositivo que abre a porta de sua garagem, até a futura carteira de identidade obrigatória que o reconhecerá sempre, onde quer que esteja, inexoravelmente como aquele que é. Eu existo se a Máquina me reconhece ou, pelo menos, me vê; estou vivo se a Máquina, que não conhece sono e vigília, mas que está eternamente acordada, garante que estou vivo; não sou esquecido, se a Grande Máquina registrou os meus dados numéricos ou digitais.

Que esse prazer e essas certezas sejam postiços e ilusórios é evidente, e os primeiros a sabê-lo são justamente aqueles que têm experiências diárias com eles. O que significa, de fato, ser reconhecido, se o objeto do reconhecimento não é uma pessoa, mas, sim, um dado numérico? E por trás do dispositivo que parece reconhecer-me não estão, talvez, outros homens, que não querem, na realidade, reconhecer-me, mas apenas controlar-me e acusar-me? E como é possível comunicar não através de um sorriso ou de um gesto, não de uma gentileza ou de uma reticência, mas por meio de uma identidade biológica?

No entanto, segundo a lei que quer que na história não sejam efetuados retornos a condições perdidas, temos de preparar-nos sem saudade nem esperanças para procurar, para além tanto da identidade pessoal como da identidade sem pessoa, a nova figura do humano – ou, talvez, simplesmente do vivente –, aquele rosto para além tanto da máscara como da *facies* biométrica que ainda não conseguimos ver, mas cujo pressentimento, às vezes, nos faz estremecer de repente tanto nas nossas perdas como nos nossos sonhos, tanto nas nossas inconsciências como na nossa lucidez.

Nudez